

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v17i30.809>

AS SEMANAS RURALISTAS DO BRASIL: Igreja Católica e Desenvolvimento^{1,2}

RURALIST WEEKS IN BRAZIL: Catholic Church and Development

LAS SEMANAS RURALISTAS EN BRASIL: Iglesia Católica y Desarrollo

RAMON FELIPHE SOUZA

Doutorando em História das Ciências e da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz.

Rio de Janeiro/Rio de Janeiro/Brasil.

ramon.feliphe@live.com

Resumo: Neste artigo, analisamos as semanas ruralistas como projeto de extensão rural desenvolvido no Brasil no século XX. Esses eventos ocorreram em diversos pontos do país e tinham como objetivo discutir aspectos relativos à condição de vida das populações rurais brasileiras. As primeiras semanas foram realizadas nos anos 1930 e foram promovidas por organizações privadas. Não obstante, entre 1940 e 1950, outras organizações passaram a promovê-las. Foi com a colaboração da Igreja, a partir dos anos 1950, que a realização desses eventos aumentou exponencialmente. Por meio de periódicos nacionais, relatórios do Serviço de Informação Agrícola (SIA) e revisão bibliográfica, verificamos como ocorreu o processo de consolidação das semanas no país, dando ênfase à cooperação da Igreja. As paróquias católicas foram utilizadas pelo Estado em seu projeto de modernizar e integrar as áreas rurais brasileiras, e se tornaram espaços de fomento de conhecimento técnico e científico em agricultura e saúde.

Palavras-chave: Igreja Católica. Semana Ruralista. Desenvolvimento.

Abstract: We analyzed the rural extension project developed in Brazil in the 20th century: the ruralist weeks. These events took place in different parts of the country and aimed to discuss aspects related to the living conditions of Brazilian rural populations. The first weeks were held in the 1930s and were promoted by private organizations. However, between the 1940s and 1950s, other organizations such as the Catholic Church also started to promote them. It was with the collaboration of the Church, in the 1950s, that the implementation of these events increased exponentially. Through national journals, reports from the Agricultural Information Service (SIA) and bibliographic review, we observed how the process of consolidating these events took place in the country, emphasizing the cooperation with the Church. Catholic parishes were used by the State in its project to modernize and integrate Brazilian rural areas and became spaces for fostering technical and scientific knowledge in agriculture and health.

Keywords: Catholic Church. Ruralist Week. Development.

Resumen: Analizamos el proyecto de extensión rural desarrollado en Brasil en el siglo XX, las semanas ruralistas. Estos eventos ocurrieron en diferentes partes del país y tuvieron como objetivo discutir aspectos relacionados con las condiciones de vida de las poblaciones rurales brasileñas. Las primeras semanas se celebraron en la década de 1930 y fueron promovidas por organizaciones privadas. Sin embargo, entre los años 1940 y 1950, otras organizaciones como la Iglesia Católica también comenzaron a promoverlas. Fue con la colaboración de la Iglesia, en la década de 1950, que estos eventos aumentaron exponencialmente. Por medio de revistas nacionales, informes del Servicio de Información Agrícola (SIA) y revisión bibliográfica, verificamos cómo ocurrió el proceso de

¹ Artigo submetido à avaliação em janeiro de 2020 e aprovado para publicação em junho de 2020.

² O artigo é um recorte de uma pesquisa em nível de doutoramento em andamento no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz, sob a orientação do professor doutor Gilberto Hochman.

consolidación de las semanas en el país, haciendo hincapié en la cooperación de la Iglesia. Las parroquias católicas fueron utilizadas por el Estado en su proyecto para modernizar e integrar las zonas rurales brasileñas y se convirtieron en espacios para fomentar el conocimiento técnico y científico en agricultura y salud.

Palabras clave: Iglesia Católica. Semana Ruralista. Desarrollo.

Introdução

As *Semanas Ruralistas* e os *Clubes Agrícolas* foram as principais realizações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT), fundada em 1932, no estado do Rio de Janeiro. A SAAT teve como principal objetivo discutir problemas nacionais à luz das reflexões políticas do pensador social fluminense Alberto Torres³. Entre seus fundadores e primeiros associados estavam figuras como o professor da Escola Nacional de Agronomia Arthur Torres Filho (1889-1960), o médico-sanitárista Belisário Penna (1868-1939) e o sociólogo Oliveira Vianna (1883-1951). Marcada pela forte presença de intelectuais, a SAAT possuía cunho nacionalista e “uma de suas principais bandeiras era a mudança educacional no país, com maior incentivo para o ensino rural”⁴. Rodrigo Santos afirma que, “por muitos desconhecida ou, no mínimo, pouco mencionada na historiografia, essa sociedade buscou interagir e agir com o poder político e administrativo estadual e em outras áreas como saúde pública, cultura e educação”⁵.

Os clubes agrícolas foram instituições educacionais que estiveram sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e foram anexos às escolas primárias rurais que, por seu turno, eram subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde. Nathália Nicolau analisou essas instituições buscando compreender o seu modo de organização e proliferação pelo país, no período de 1942 até 1958, quando a política do Estado em relação a criação dos

³ De acordo com Maria Fernanda Lombardi Fernandes, as obras de Alberto Torres foram reconhecidas a partir dos anos 30, “quando a atmosfera política contribuía para uma reinterpretação de seu pensamento à luz das novas doutrinas em voga. A crise do sistema capitalista mundial e das democracias liberais, a ascensão de regimes autoritários e totalitários e a definitiva feição da União Soviética sob o domínio de Stalin, no plano externo; e a ascensão de Getúlio, a destruição do modelo político da Primeira República e a centralização do poder, no plano interno; trouxeram Alberto Torres de volta à cena, praticamente quinze anos após a sua morte”. FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. O pensamento político de Alberto Torres: a reforma constitucional e o Estado brasileiro. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (org.). Revisão do pensamento conservador: idéias e políticas no Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC, FAPESP, 2010. p. 95-118.

⁴ SANTOS, Rodrigo Luis. Educação brasileira para formar bons brasileiros: concepções educacionais na plataforma política da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 2, n. 4, p. 170-188, 2018. p. 170.

⁵ Id. O nacionalismo brasileiro em uma área de imigração: São Leopoldo e as ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres durante o Estado Novo (1937–1945). *Métis: história & cultura*, v. 14, n. 27, 2015, p. 218.

clubes se tornou mais ampla.⁶ As semanas ruralistas, por sua vez, foram eventos que ocorreram em vários pontos do país e que duravam, em média, sete dias. Nesses eventos eram realizados debates sobre questões do mundo rural, destacadamente, a necessidade do aumento da produção agrícola e pecuária, o combate ao êxodo rural e a insuficiente estrutura sanitária do campo. As primeiras semanas ruralistas ocorreram na década de 1930 e foram promovidas por organizações privadas, como a SAAT, por exemplo. Não obstante, nos anos 1940 e 1950, outras organizações da sociedade civil e política, como a Igreja Católica também passaram a promover esses eventos. Na literatura prevalecem argumentos que apresentam as semanas com caráter esporádicos e essencialmente locais⁷. No entanto, argumentamos que esses eventos eram parte de um projeto coordenado nacionalmente e tinham objetivos mais amplos. Além disso, essa bibliografia não considera as distintas fases desse projeto. Neste artigo identificamos três, a saber: a) nos anos 1930, como uma iniciativa da sociedade privada; b) nos anos 1940, como uma ação subvencionada por agências públicas e c) nos anos 1950, como um projeto coordenado pelo topo da hierarquia católica em cooperação com o Estado.

Nesse sentido, por meio da análise de periódicos nacionais, de relatórios do Serviço de Informação Agrícola (SIA) e de revisão bibliográfica, analisamos o processo de consolidação das semanas ruralistas no país, dando ênfase à cooperação da Igreja Católica para a promoção das mesmas. Alguns setores dessa instituição, inserida em discussões de ordem global, regional e local, perceberam nas semanas ruralistas um meio de atualização de sua ação pastoral no campo social, bem como de sua atuação junto ao Estado brasileiro. A análise desse contexto ajuda a complexificar o entendimento acerca do processo de interiorização do Estado e suas agências, assim como contribui para a compreensão de um processo mais geral de institucionalização dos saberes e práticas científicas no país,

⁶ NICOLAU, Nathalia dos Santos. *Clubes agrícolas: um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942-1958)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

⁷ Dentre os trabalhos localizados até o momento, o artigo de Magda de Abreu Vicente e Giana Lange do Amaral é o que nos apresenta as semanas ruralistas como um projeto mais amplo e, não apenas regional, cujo objetivo seria criar uma “nova mentalidade rural, voltada à modernização do campo e de quem nele trabalhava”. Contudo, as autoras não consideraram as distintas fases pelas quais passou esse projeto de extensão, ignorando, por exemplo, as edições que ocorreram nos anos de 1930 ao afirmar que as semanas ruralistas teriam surgido no Brasil na década de 1940. Destacamos também outros estudos dedicados às semanas que, entretanto, as apresentaram com caráter essencialmente regionalista. Referimo-nos, respectivamente, ao evento de Feira de Santana, na Bahia em 1935, e as edições realizadas em Diamantina, Minas Gerais, em 1955 e 1956. Cf.: VICENTE, Magda de Abreu; AMARAL, Giana Lange do. O jornal católico A Palavra e os preceitos para a educação rural não formal na diocese de Pelotas-RS (décadas de 1940 e 1950). *Revista HISTEDBR [on-line]*, v. 19, p. e019026-e019026, 2019; SOUSA, Ione Celeste J de. Instruir a Pátria, plantar no Sertão: a semana ruralista da Escola Normal Rural de Feira de Santana – 1935. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 8., 2016, Feira de Santana. *Anais [...]*, Feira de Santana, 2016 e FIGUEIREDO, Anísia de Paulo et al. *A terra, o pão, a justiça social: a importante participação da igreja nas políticas públicas no Brasil*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

especialmente, relacionadas à agricultura, higiene e saúde pública. Considerando, por exemplo, o fato de que as paróquias e a infraestrutura católica transformaram-se em importantes centros de promoção de debates sobre o desenvolvimento do meio rural brasileiro.

Em defesa de nossa gente rural: A Primeira Semana Ruralista do Brasil

Entre 13 e 20 de julho de 1934, a SAAT promoveu no sul de Minas Gerais, na cidade de Itanhandu, em cooperação com o Ministério da Agricultura, a Escola Agrícola de Viçosa (hoje Universidade Federal de Viçosa) e a Prefeitura Local, a I Semana Ruralista do Brasil (ISRB). Esse evento deu início a uma série de outros que foram realizados em várias regiões do país com perspectiva semelhante. Segundo o *Correio da Manhã*, a semana tinha como objetivo discutir assuntos rurais de interesse local a fim de educar e aperfeiçoar homens e mulheres do campo em atividades essenciais para o incremento e melhorias em seu modo de vida⁸. Na I Semana Ruralista do Brasil, assim como nas posteriores, esse objetivo se perpetuou e se concretizou por meio da promoção de palestras, aulas técnicas, distribuição de material impresso, exibição de filmes e, também, por meio de exposições de produtos e tecnologias voltadas ao campo.

A Semana foi aberta por Noraldinho de Lima (1885-1951), então secretário da Educação de Minas Gerais. Os principais temas debatidos no certame tratavam das queimadas, da política florestal, da cultura do algodão, da higiene e da necessidade de conhecimentos úteis em agricultura e pecuária. No *Correio da Manhã* foi registrado que os presentes no evento eram “desde as altas autoridades até o mais humilde dos seus representantes rurais”. Destacada pelo mesmo jornal como o “grito primeiro em realização e em defesa da nossa gente [rural]”, a ISRB pretendia demonstrar que, a despeito das mazelas em que se encontrava, o “lavrador brasileiro” era absolutamente capaz, inteligente e laborioso. O evento reclamava o seu pioneirismo e a necessidade de que outros “gritos”, em favor da população rural, pudessem ser ouvidos⁹.

Entre 30 de setembro e 7 de outubro do mesmo ano, a SAAT promoveu a II Semana Ruralista do Brasil na cidade de Ponte Nova, na Zona da Mata mineira. Esse evento contou com a cooperação de mais atores e instituições que o anterior, a saber: os Ministérios da Agricultura e da Educação, as Secretarias de Educação e Agricultura de Minas Gerais, as

⁸ CORREIO DA MANHÃ. [Rio de Janeiro], p.7, 6 jul. 1934.

⁹ CORREIO DA MANHÃ. [Rio de Janeiro], p.12, 17 jul.1934.

municipalidades da Zona da Mata, o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, a Escola de Viçosa, a Estação Serícola de Barbacena e a Escola de Agricultura de Piracicaba. Além desses, a Estrada de Ferro Central do Brasil, a fim de incentivar a participação no evento, concedeu o abatimento de 50% no preço das passagens para agricultores e dos fretes de produtos destinados à exibição no evento¹⁰.

Em janeiro do ano seguinte, em 1935, os membros da SAAT se reuniram para debater o programa de atividades do novo ano. Apostaram em 12 frentes de trabalho, e, dentre elas, observamos a permanência da pauta “Semana Ruralista”, a qual estaria sob a direção de Humberto Bruno, professor da Escola Agrícola de Viçosa¹¹. A perspectiva de continuidade em relação à realização desses eventos indica que as primeiras semanas realizadas foram percebidas como exitosas. Humberto Bruno organizou o programa que deveria orientar e padronizar a promoção das Semanas Ruralistas brasileiras, as quais deveriam abranger:

- 1) Curso para fazendeiros; 2) Curso para professoras primárias; 3) Conferências públicas; 4) Cursos populares sobre problemas de higiene e saúde pública; 5) Cinema educativo; 6) Organização da Biblioteca Municipal; 7) Organização do Museu Escolar Regional; 8) Exposição dos produtos da região; 9) Distribuição gratuita de publicações, especialmente sobre assuntos agrícolas educativos; 10) Plantio de um bosque com essências florestais nacionais [...]¹²

O programa apresentou detalhes de como os 10 pontos destacados deveriam ocorrer. Estabeleceu ainda que as aulas práticas teriam a duração de uma hora, e que os cursos dedicados à agricultura deveriam ser estruturados dentro da seguinte orientação: a) preparo do solo, roçada, deslocamento, aração, gradagem e nivelamento; b) adubos c) sementeiras; d) viveiros; e) tratos culturais; f) colheitas; g) seleção; h) beneficiamento; i) defesa vegetal. Além disso, recomendou que aspectos como o funcionamento de máquinas agrícolas e o valor econômico do trabalho mecânico no solo fossem temas abordados durante as semanas¹³. Em 1935 eventos deveriam ocorrer em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Ceará e Piauí¹⁴.

Para a promoção das semanas, somaram-se aos interesses da SAAT, agências públicas de diferentes competências tais como o Ministério da Agricultura (MA), secretarias estaduais e prefeituras. Outras instituições e atores passaram não apenas a cooperar, mas

¹⁰ CORREIO DA MANHÃ. [Rio de Janeiro], p. 9, 14 set. 1934.

¹¹ Os programas debatidos em 1935 deveriam ser: Imigração, Nordeste, Semana Ruralista, Proteção a natureza, Museus e Exposições Escolares, Inspetoria Escolar, Estudo da obra de Alberto Torres, Rio São Francisco, Clube Agrícolas, Educação, Reflorestamento e Publicidade. CORREIO DA MANHÃ. [Rio de Janeiro], p. 9, 6 jul. 1934.

¹² CORREIO DA MANHÃ. [Rio de Janeiro], p. 9, 23 jan. 1935.

¹³ Ibid., p. 9.

¹⁴ Ibid.

também a promover eventos semelhantes e de nome homônimo. Assim, paulatinamente, as semanas ruralistas extrapolaram o programa proposto pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Exemplos disso foram: a Semana de Jatobá, em 1935, promovida pelo deputado estadual Hildebrando Menezes no município pernambucano de Tacarutu¹⁵; a Semana de Piracicaba, em 1936, no estado de São Paulo, da qual a Sociedade Luís Pereira Barreto (SLPB) esteve à frente¹⁶; no mesmo ano, a Semana Agrícola de Campo Belo promovida pela prefeitura municipal, pelo Banco Mineiro do Café e pelo Serviço Técnico do Café do estado de Minas Gerais¹⁷, dentre outros exemplos.

O crescimento do número desses eventos parece indicar que a proposta da SAAT foi bem recepcionada por distintos setores da sociedade civil e política brasileira. Os momentos das diferentes semanas ruralistas instrumentalizaram as denúncias das mazelas em que viviam as populações do campo para reivindicar mudanças no ensino rural e no desenvolvimento da produção rural do país, contudo, sem criticar a estrutura agrária de propriedade de terra. Os problemas recorrentemente destacados eram o abandono em que se encontravam essas populações no que se refere à assistência técnica, pedagógica e sanitária. A perspectiva era a de que a falta de instrução, somada às precárias condições de higiene e às doenças endêmicas e epidêmicas, inviabilizava os indivíduos para o trabalho e, por consequência, comprometiam a expansão agrícola e a produtividade rural¹⁸.

Conduzida especialmente por intelectuais, as atividades da SAAT, nos anos 1930, foram destacadas em repetidas manchetes de jornais, muitas escritas, inclusive, por membros daquela sociedade. A vulgarização dessas atividades, em alguma medida, pôde contribuir para que os temas debatidos nesses eventos, destacadamente, os relacionados ao ensino técnico, fixação do homem no campo e incentivos a maior produção da agricultura, fossem debatidos com maior frequência. Os membros da SAAT constituíram-se como importantes mediadores culturais¹⁹.

Contudo, o contexto da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1945,

¹⁵ CORREIO DA MANHÃ. [Rio de Janeiro], p. 1, 2 fev. 1935.

¹⁶ CORREIO DA MANHÃ. [Rio de Janeiro], s/p., 26 jun. 1936.

¹⁷ CORREIO DA MANHÃ. [Rio de Janeiro], p. 12, 11 nov. 1936.

¹⁸ LIMA, Nísia T.; FONSECA, Cristina M. O.; HOCHMAN, G. O. Sistema Único de Saúde em perspectiva histórica. In: LIMA, N.T.; GERSCHMAN, S.; EDLER, F.C.; SUÁREZ, J. M. (org.). *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 47.

¹⁹ Partindo da premissa de autoras como Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen, entendemos mediadores culturais como sujeitos que, num determinado contexto histórico e variadas práticas, envolveram-se em projetos que objetivavam a divulgação de conhecimento para diferentes públicos contando com o auxílio de mídias disponíveis à sua época (jornais, revistas, rádios). CASTRO GOMES, Ângela; HANSEN, Patrícia. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. São Paulo: Editora José Olympio, 2016. p. 6-35.

contribuiu para que a promoção das semanas ruralistas fosse interrompida durante os primeiros anos da década de 1940. Entretanto, ao final do conflito, a questão da produtividade rural ganhou maior destaque, pois “o fim da guerra, libertando os espíritos, não liberou os estômagos”²⁰. Diante disso, os eventos ganharam novo fôlego.

As Semanas Ruralistas realizadas na década de 1940

No pós-guerra e no início da Guerra Fria, mudanças importantes ocorreram e modificaram o panorama mundial. Nesse período, fortaleceu-se a crença de que a ciência teria a capacidade de incrementar a produção agrícola e, até mesmo, erradicar doenças por meio de novos recursos tecnológicos e terapêuticos – o que se convencionou chamar de “otimismo sanitário”²¹ –; houve ainda o avanço no combate ao comunismo que levou a intensificação do processo de desenvolvimento de regiões percebidas como de maior vulnerabilidade social e, que, portanto, poderiam chamar a atenção de comunistas em um mundo dividido pela Guerra Fria. O contexto nacional assistia a queda de Getúlio Vargas e o início de uma curta experiência democrática, de 19 anos, que se encerrou com o golpe civil-militar de 1964. Concomitantemente, incidiu-se o fortalecimento de outros atores, como, por exemplo, a Igreja Católica. Ao final do Estado Novo (1937-1945), a sociedade civil brasileira ainda era diminuta com poucas instituições livres para tomar espaço na cena política do país²². A Igreja Católica, por sua vez, “despontava com a instituição da sociedade civil que tinha mais força política e cultural no país”²³.

Foi nesse contexto de transformações que o Brasil se alinhou aos interesses do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos. O estreitamento das relações entre esses dois países consolidou-se por meio da assinatura de inúmeros acordos de cooperação técnica. Esses acordos mudaram os rumos da Extensão Rural brasileira²⁴. A perspectiva, além de modernizar

²⁰ REVISTA ESTRADAS DE FERRO, p. 4793, set. 1947.

²¹ GARRET, Laurie. Transição da Saúde. A era do Otimismo: vamos erradicar a doença. In: GARRET, Laurie. *A próxima peste: novas doenças num mundo em desequilíbrio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 39-59.

²² SOUZA, Maria do Carmo Campelo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 - 1964)*. São Paulo: Alfa-ômega, 1983. p. 105-159.

²³ SCHALLENMÜELLER, Christian Jecov. *Tradição e profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 10.

²⁴ Como afirmou Marcus Peixoto, o termo extensão rural não é autoexplicativo. Segundo o autor, o termo pode ser conceituado de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política. Como processo significaria “o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural”. Em sentido mais amplo e, atualmente mais aceito, extensão rural seria entendida como um

o campo, era incorporar novos territórios à dinâmica capitalista, remodelando as regiões insalubres e não produtivas do país e potencializando o seu desenvolvimento agrícola. A expectativa era, portanto, a superação das condições de subdesenvolvimento.

Um dos principais reflexos do processo de aproximação com os EUA foi o interesse de algumas instituições privadas como a *Inter-American Affairs Association* (AIA), de Nelson Rockefeller. De acordo com Claiton Silva, a AIA foi uma agência filantrópica que, no Brasil, ficou conhecida por introduzir de forma sistemática programas de extensão rural aos moldes estadunidenses²⁵. Essa aproximação, como afirma Sonia Mendonça, nos indica que os países do inventado Terceiro Mundo, e isso inclui o Brasil, longe de serem periféricos, foram percebidos como elementos centrais para assegurar a dinâmica de crescimento econômico dos países desenvolvidos por meio do fornecimento de matérias-primas e alimentos²⁶.

Ao passo que essa cooperação bilateral se estabeleceu, ocorreu também um maior incentivo ao financiamento do trabalhador do campo. Exemplo disso é o caso da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) fundada no estado de Minas Gerais em 1948. A ACAR foi fruto de um convênio estabelecido entre o governo mineiro e a AIA. O modelo dessa associação foi difundido, posteriormente, para todos os estados brasileiros, e teve seu ápice quando foi nacionalizado pelo então presidente Juscelino Kubistchek (1956-1961)²⁷. Ainda no âmbito dessa aproximação, autores apontam que a dimensão da influência estadunidense se materializou, sobretudo, a partir do Programa Ponto IV enunciado pelo presidente Harry S. Truman (1945-1953), o qual estabelecia como política dos EUA assistência técnico-financeira as áreas de países percebidos como subdesenvolvidos²⁸.

Essa conjuntura produziu efeitos no modo como as semanas ruralistas foram organizadas. Num primeiro momento, os eventos eram concebidos por entidades privadas e locais, posteriormente, o principal articulador desses certames passou a ser o Ministério da

processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam técnicos ou não. O segundo sentido, instituição, de acordo com o autor, refere-se à entidade ou organização pública prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Por fim, extensão rural como política pública, portanto, como políticas de extensão rural traçadas ao longo do tempo através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas. Neste trabalho, entendemos extensão rural como processo. PEIXOTO, Marcus. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. *Textos para discussão*, n. 46, Brasília, DF: Consultoria Legislativa do Senado Federal, p. 7- 8, out. 2008.

²⁵ SILVA, Claiton Márcio da. *De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil*. Guarapuava: Editora da UFPR, 2015. p. 25-32.

²⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. *História Unisinos*, v. 14, n. 2, p. 191, 2010.

²⁷ SILVA, op. cit., p.185-200.

²⁸ MENDONÇA, op. cit.; SILVA, op. cit.

Agricultura e a colaboração de agências internacionais, como a AIA, se intensificou. Outra mudança que teve reflexo na promoção das semanas foi a dissolução da SAAT a partir de 1945²⁹.

Destarte, a partir dos anos 1940, a promoção das semanas ruralistas ganhou nova orientação. Passaram a ser promovidas, fundamentalmente, pelo Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura. Esse órgão, antes denominado Serviço de Publicidade Agrícola, foi criado em 1940 e era o responsável por coordenar e divulgar as atividades daquele ministério³⁰. Além do SIA, é importante evidenciar as contribuições da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) para a realização das semanas. A CBAR, de acordo com Mendonça, foi o segundo grande acordo firmado com a AIA, e destinava-se exclusivamente à qualificação profissional de trabalhadores rurais adultos³¹. Esse órgão contribuiu orientando e articulando atividades a serem realizadas nas semanas ruralistas. Exemplos de algumas semanas promovidas sob essa cooperação foram: a Semana de Belo Horizonte, Minas Gerais, em abril 1946; a Semana de Cordeiro, cidade fluminense, em maio do mesmo ano; posteriormente, em dezembro, no estado da Paraíba, a semana de Areias.

A semana ruralista de Cordeiro, por exemplo, foi uma iniciativa do SIA e da secretaria de agricultura fluminense, do governo municipal e das associações rurais da região. A semana tinha o objetivo apresentar aos lavradores “trabalhos racionais” e “soluções possíveis para os problemas regionais”. O evento registrou a frequência de 1.937 pessoas – com destaque para a participação de professoras. Contou também com seis palestras e 17 sessões cinematográficas – destacadas como a parte mais proveitosa do evento. Além disso, houve o serviço de consultas, contando com 11 técnicos diários que estiveram a disposição dos semanistas interessados³².

Os eventos realizados na segunda metade da década de 1940 não foram tão diferentes das edições realizadas na década anterior, especialmente no que se refere a defesa da zona rural à luz das ideias de Alberto Torres. Contudo, a conjuntura internacional, contribuiu para que no novo período prevalecesse a preocupação com o aumento da produção agrícola e com as questões relativas à concessão de crédito rural para pequenos lavradores. O debate sobre a

²⁹ SANTOS, op. cit., p. 177.

³⁰ De acordo com Nathalia Nicolau, o serviço foi criado em 1940 e prestava contas das questões educacionais e da propaganda de feitos pelo Ministério da Agricultura através de rádio, jornais, cartilhas, revistas e outros meios impressos. NICOLAU, op. cit., p. 51.

³¹ MENDONÇA, op. cit., p.191.

³² O JORNAL. [Rio de Janeiro], p. 6, 8 jun. 1946.

produção agrícola era impulsionado no âmbito mundial, a partir da experiência estadunidense que logo se espalhou para outros países do globo, no contexto da Revolução Verde, que percebia a relação comida e prosperidade como intrinsicamente ligada³³, portanto, a produção agrícola foi percebida como uma das formas de produzir e alcançar o desenvolvimento almejado. No jornal *Gazeta de Notícias*, o redator Alves de Oliveira, sob o título de *Iniciativa Louvável*, apontava:

Por maiores e mais justas que sejam nossas aspirações no setor das indústrias, que constituem etapa avançada na escola do progresso humano, não podemos esquecer-nos de que o Brasil ainda precisa ser, por muito tempo, senão essencialmente, pelo menos larga e intensivamente país de civilização agropecuária.

Nossa imensidade de terras fertilíssimas aguarda, ainda, em grandes porções, o momento de se transformarem em campos e em lavouras, garantindo folgadoamente a nossa subsistência e opulentando, com as suas reservas e sobras, todos os celeiros do mundo³⁴.

A fixação do homem no solo seria uma das maiores urgências dos “sinceros patriotas do país”, os quais estariam incumbidos de orientar “os rumos da nossa pátria no mundo contemporâneo.” A referência defendida era a de que se deveria repetir a prática das semanas “o tempo em que seja necessário [...] até que se crie, de fato, verdadeira e adiantada mentalidade ruralista” nos brasileiros. E concluía que seria essa “a orientação esclarecida e segura com que o Exmo. Sr. General Eurico Dutra se propõe a encaminhar para a rápida e breve solução, o grande problema da educação agrária da nossa pátria”³⁵. Tal como indicam os apontamentos do articulista, o Estado brasileiro encampara as semanas ruralistas para torná-las parte de seu programa de extensionismo rural.

Os eventos tornaram-se vitrine para apresentar ao campo brasileiro novas ferramentas materiais que, por consequência, poderiam contribuir para o fortalecimento de uma “indústria rural”. Contexto esse que dialoga com o “otimismo” do pós-guerra e é influenciado pela Revolução Verde. Contudo, é importante enfatizar que a autoimagem que buscavam para o país representava um ideário burguês, pois constantemente eram destacadas as preocupações com o aumento da produção e acerca do crédito rural, ao passo que as grandes propriedades não foram criticadas e nem os direitos (ou ausência destes) dos

³³ A chamada Revolução Verde consistiu-se em uma série de inovações no setor agrícola, nos mais variados aspectos: no laboratório, no campo e no mercado. Dos EUA, essa inovação estendeu-se a outros pontos do globo, a partir da colaboração da Fundação Rockefeller em projetos que visavam incrementar a produção agrícola em países da América do Sul e da Ásia. A perspectiva era que a produção agrícola forneceria os elementos necessários para a sustentação da vida nas comunidades pobres, uma vez que a venda de colheitas geraria dinheiro, infraestrutura, educação, dentre outros serviços vitais, portanto, prosperidade. WATERHOUSE, Amanda Carroll. *Food & prosperity: balancing technology and community in agriculture*. Canada, Rockefeller Foundation, 2013. p. 12-16.

³⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS. [Rio de Janeiro], p. 2, 16 jun. 1946.

³⁵ *Ibid.*, p. 2.

trabalhadores rurais. Assim, observamos que, a depender de seus usos, as imagens revelam, mas também podem ocultar.

No entanto, mesmo como uma política do Estado, o avanço das semanas ruralistas no país era tímido. Notamos, nos recorrentes artigos e manchetes que divulgavam esses eventos nos anos 1940, o cuidado dos redatores ao enfatizar que as relações que se davam entre os técnicos do governo e os lavradores eram de auxílio mútuo, de troca, de compartilhamento. Tal aspecto nos indica que predominavam receios das populações rurais acerca do que “vinha de fora”, do que era tomado como moderno ou mesmo científico. Um bom exemplo disso pode ser observado na edição de 16 de abril de 1948, do jornal cearense *Ecos da Semana*, no artigo intitulado *Redondamente Enganado*, que destacava:

Se você, amigo lavrador, esta pensando que durante a “semana ruralista” de juazeiro, a realizar-se de dia 25 a 30 de maio corrente, organizada pelo SIA, com a cooperação da secretaria de agricultura do estado e das dependências do ministério da agricultura, sediadas no Ceará, vai tratar com doutores convencidos, superiores e bem falantes, está redondamente enganado.

Aqui entre nós: você acha que a secretaria de agricultura e o ministério, iam realizar uma despesa danada de grande, com o transporte a estadia de despesas de técnicos, para fazer simples discursos aos lavradores do Cariri?

Comparece a semana ruralista, para com os seus olhos mesmos, verificar uma coisa impressionante deveras: - dezenas dos mais categorizados técnicos brasileiros, em agronomia e veterinária, durante uma semana, em maio, estarão ao inteiro dispor dos lavradores, esclarecendo, ensinando, resolvendo pequenos problemas de todo o dia, indicando assim meios e modos eficazes para que você realmente, obtenha lucros mais compensadores, na exploração da sua propriedade agrícola.

Esta é uma oportunidade única, para que dela você tire o maior proveito possível.

Siga o nosso conselho de amigo: durante os cursos que se realizarão [...] não fique de braços cruzados. Escutando somente, não. Indague. Faça perguntas. Procure aprender o “porquê das coisas que o técnico está explicando no momento”. Somente assim – você comparecendo, entrando em contato com os técnicos, ponderar obter os resultados práticos que justifiquem a presença de tão grande número de técnicos, durante uma “semana”, em juazeiro³⁶.

A citação acima nos remete especialmente a dois aspectos: a) a desconfiança do homem interiorano, e b) a preocupação com estratégias de aproximação do lavrador, no artigo em questão, pela via discursiva, colocando em pé de igualdade os técnicos e lavradores, em detrimento de doutores percebidos como soberbos.

Esse quadro se alterou quando foram definidas providências para a realização de semanas de forma conjunta entre dioceses católicas e o Serviço de Informação Agrícola. Essa cooperação garantiu às semanas melhor e maior recepção no meio rural – espaço tradicional do domínio católico.

³⁶ ECOS DA SEMANA. [Crato], p. 5, 16 abr. 1948.

A Igreja Católica e as Semanas Ruralistas

Entre 3 e 10 de setembro de 1950, na cidade de Caxambu, a Diocese de Campanha realizou a sua Primeira Semana Ruralista sob a liderança de Dom Inocêncio Engelke (1881-1960). Foram 8 dias de evento, contando com a presença de 250 fazendeiros, 270 professoras rurais, além de religiosos e religiosas representando os estabelecimentos de ensino secundário, cuja maior parte dos alunos provinha de regiões agrícolas. O evento foi fruto de um trabalho de colaboração que ocorreu entre o Ministério da Agricultura e os setores do clero nacional em uma reunião realizada na Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa, em julho de 1949³⁷; o objetivo primeiro era a realização de cursos para padres acerca das zonas rurais. O evento contou ainda com a presença do monsenhor Luigi Ligutti, enviado pela embaixada dos EUA no Rio de Janeiro³⁸. O sacerdote já havia feito visitas ao país, no ano de 1945, como secretário da Conferência Nacional Católica da Vida Rural estadunidense a fim de conhecer centros rurais e agrícolas brasileiros³⁹.

Em Minas Gerais, à época um dos estados mais católicos do país, essa instituição pôde se beneficiar dos recursos e prestígio junto a autoridades e sociedade. Dom Inocêncio Engelk liderou a semana ruralista que foi dividida em três grupos, a saber: sacerdotes, educadores e fazendeiros. Esses grupos discutiram o bem estar das populações rurais daquela região localizada ao sul de Minas. A realização desse evento, em um primeiro momento, pode ser entendida como uma das estratégias elaboradas pelo Serviço de Informação Agrícola para a aproximação com as populações rurais. A edição de 29 de setembro de 1950 do jornal católico *A Cruz* pode elucidar melhor esse contexto, ao discriminar a seguinte opinião sobre o evento realizado pela diocese de Campanha:

Sendo como é um trabalho típico destinado a recuperar econômica e socialmente populações ainda um pouco evoluídas, a base do esforço conjunto dos interessados e das próprias comunidades, em consequência de um programa sério de educação extensiva e de base para gentes do campo, mereceu ele imediatamente o apoio franco e largo dos drs. Lourenço Filho e Murilo Marroquim, respectivamente, Diretor do Departamento Nacional de Educação (Ministério da Educação) e do Serviço de Informação Agrícola (Ministério da Agricultura). Se os resultados desta missão forem os que se esperam, poderá ela ser adotada por outras dioceses brasileiras, aí estando, possivelmente a chave da solução de um problema educativo de base para o nosso homem do campo sobre o qual terá muito que fazer o governo que a nação neste instante se prepara para eleger⁴⁰.

³⁷ A ESTRELA POLAR. [Diamantina], p. 2, 4 set.1955.

³⁸ A CRUZ. [Rio de Janeiro], p. 2, 29 set.1950.

³⁹ A NOITE. [Rio de Janeiro], p. 2, 17 fev. 1945.

⁴⁰ A CRUZ. [Rio de Janeiro], p. 2, 29 set. 1950.

O evento de Campanha seria um experimento da cooperação entre os poderes espiritual e temporal. Porém, além dessa questão de âmbito essencialmente político, é preciso considerar também os aspectos religiosos, uma vez que a Igreja Católica, antes de tudo, precisa ser compreendida em seus próprios termos. Como enfatiza Scott Mainwaring quase toda instituição se preocupa com sua preservação, inclusive, tentando expandir-se enquanto instituição.⁴¹ Por tal aspecto, a Igreja, a fim de defender seus interesses, propagou sua mensagem religiosa na intenção de maximizar a sua influência e a sua expansão em uma sociedade em transformação.

Ao final do evento, os três grupos participantes (sacerdotes, educadores e fazendeiros), por meio de questionários, lançaram sugestões e elaboraram um documento síntese do evento. As suas conclusões indicavam a falta de escolas técnicas profissionais, as condições precárias de saúde provocadas pela “alimentação deficiente” e pela “inexistência” de serviços gerais de utilidade pública como água, luz, esgoto, como a causa do atraso da região. Foram destacados como soluções ou “remédios” a liberação de maiores verbas federais, estaduais e municipais para as escolas regionais. Recomendaram ainda que, enquanto não houvesse estrutura para atender as demandas de saúde e higiene, fossem ministrados nas paróquias cursos rápidos e práticos sobre a “alimentação, higiene, puericultura etc”⁴². A infraestrutura religiosa, portanto, poderia estabelecer as bases propícias para o desenvolvimento regional.

Um dos resultados de maior repercussão do evento de Caxambu foi a carta pastoral *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Rural*, de Dom Inocêncio Engelk. Reconhecidamente destacado pela historiografia como o documento que teria aberto as portas progressistas da Igreja à questão rural. A Pastoral de Campanha, segundo Scott Mainwaring, constitui-se como a primeira declaração importante de um bispo brasileiro sobre a reforma agrária⁴³. Aspásia Camargo enfatizou que a “declaração de Campanha” iniciou o movimento por parte da Igreja Católica que visava a manutenção de sua tradicional audiência rural⁴⁴. O documento apontava para as condições “infra-humanas” em que vivia o trabalhador rural e para a necessidade de saná-las, por meio da aplicação de um programa mínimo de assistência social. A perspectiva era de estender ao trabalhador rural leis trabalhistas já em vigor para os trabalhadores urbanos. Segue trecho do documento:

⁴¹ MAINWARING, Scott; PRIETO, Heloisa Braz de Oliveira. *A Igreja católica e a política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴² A CRUZ. [Rio de Janeiro], p. 2, 29 set. 1950.

⁴³ MAINWARING; PRIETO, op cit., p. 72- 74.

⁴⁴ CAMARGO, Aspásia de A. A questão agrária: crise de poder e Reformas de Base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Tomo III, v. 3.

Adianta pouco afirmar que, mesmo precária, a situação do trabalhador rural ainda é incomparavelmente melhor que a do operariado das cidades. Sem dúvida se nota que as desilusões poluam entre os que se deixam seduzir pela miragem dos grandes centros urbanos. O fato que se põe, brutal, a nossos olhos é o êxodo rural. Fosse um paraíso o interior e a atração das cidades arrastaria apenas os aventureiros e não, como está sucedendo, famílias inteiras, populações inteiras⁴⁵.

Para o bispo de Campanha, eram dois os fatores principais que ajudavam a despovoar o campo: (i) o sistema escolar, que nas áreas rurais funcionavam de modo “artificialíssimo” e, por consequência, levava ao “desenraizamento dos filhos de fazendeiros”; e (ii) os serviços militares feitos em quartéis urbanos “- sem o reconhecimento do trabalho agrícola como atividade de interesse para a defesa nacional”. O prelado destacou, ainda, que o engajamento em defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais seria parte de um movimento maior, constituía - se como um eco à doutrina social da Igreja Católica, e, de modo particular, resposta aos ensinamentos do papa Pio XII (1939-1958). Citando o Santo Padre, Dom Inocêncio rememorou o que chamou de sua “célebre confissão”, o discurso no qual o Pontífice afirmou que o “maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária”. Portanto, a Pastoral convocava os cristãos, sobretudo, os “patrões cristãos,” a anteciparem-se na legislação social agrária, por espírito cristão como “indica[v]am as diretrizes da Igreja”, pois “os agitadores estão chegando ao campo.” Na pastoral, o bispo afirmou que se os “agitadores” agissem com “inteligência”, não precisariam “inventar coisa alguma”. Bastaria apenas que comentassem acerca da realidade em que “vivem ou vegetam os trabalhadores rurais”⁴⁶.

Como está evidente, a preocupação do arcebispo era com a manutenção da ordem, fugindo, portanto, da agitação social que o comunismo e sua propaganda poderiam atrair e provocar. Sobre essa dimensão presente no documento, destacou Osmir Dombrowsk

A Carta de Campanha não revela, portanto, uma suposta identificação estratégica com as classes subalternas, ou com os excluídos. O que se tem enunciado nela, novamente, é um projeto que ainda privilegia a ordem. Mas uma ordem que não se vincula nem aos “patrões” nem aos “trabalhadores rurais”, e, sim, que coloca a Igreja acima de todas as classes como a grande condutora da humanidade⁴⁷.

As questões sociais tornaram-se tema quente para a Igreja no âmbito mundial. Se antecipar, no que se referia a direitos e melhorias para aspectos de vida no campo,

⁴⁵ RELATÓRIO SEMANA RURALISTA DE CAXAMBU. [Diocese de Campanha], Arquivo Metropolitano de Natal, 1950. p. 2.

⁴⁶ Ibid., p. 1-3.

⁴⁷ DOMBROWSKI, Osmir. A opção pelo Estado: um estudo sobre o envolvimento da Igreja Católica com o problema da Reforma Agrária no Brasil. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, n. 223, p. 10, 2016.

significaria, em outros termos, evitar a articulação entre o moderno e o espectro comunismo que reivindicava muitas dessas pautas. Destarte, a percepção de que as áreas rurais do país eram vulneráveis, gradativamente, se acentuou, não pela pobreza em si, mas pela ordem que ela poderia abalar. Um exemplo de agitação da ordem, pode ser evidenciado na movimentação de trabalhadores rurais nordestinos, os quais organizados em Ligas Camponesas, desde os anos 1940, passaram a reagir as arbitrariedades de grandes proprietários de terra⁴⁸.

Além do bispo de Campanha, a Arquidiocese de Natal também ensaiava e consolidava um programa de assistência rural. O Rio Grande do Norte era percebido como um estado de agricultura e pecuária que vinha sofrendo graves consequências da seca, o que acentuava o êxodo rural de suas populações. A Igreja Católica no estado, especialmente, a hierarquia composta pelas arquidioceses de Natal e as sufragâneas de Mossoró e Caicó, procurou enfrentar os problemas do homem rural a partir da organização do Serviço de Assistência Rural (SAR), em 1949. O SAR foi fundado e dirigido pelo então padre Eugênio Sales, nomeado bispo-auxiliar em 1954, organizado a fim de promover o desenvolvimento das comunidades rurais do Rio Grande do Norte.

No ano de 1951, foi organizada a Primeira Semana Ruralista do Rio Grande do Norte, em Natal. Um público de 250 pessoas acompanhou as aulas e as demonstrações práticas do evento que contou com a participação do então monsenhor, Hélder Câmara (1909-1999). Um diário informativo foi criado para acompanhar as atividades da semana, o impresso recebeu o nome de *O Ruralista*⁴⁹. Ao final do evento foi publicada uma pastoral coletiva assinada pelos bispos Dom Marcolino (Bispo de Natal), Dom José Delgado (Bispo de Caicó) e Dom João Patis Portocarrero Costa (Bispo de Mossoró). A pastoral apresentava os princípios que deveriam orientar o trabalho de assistência rural no estado potiguar. O objetivo da ação coletiva era também desenvolver e perfeição as beneméritas missões rurais nas dioceses daquele estado.

Ainda no ano de 1951 foi organizada, em Mossoró, a Segunda Semana Ruralista do Rio Grande do Norte, entre os dias 25 e 29 de setembro. O bispo de Mossoró, Dom João Patis Portocarrero Costa, em colaboração com o SAR e do Ministério da Agricultura, levou a

⁴⁸Pessoa, em sua dissertação de mestrado, apresenta uma revisão bibliográfica que considera Ligas Camponesas ainda na década de 1940. Porém, segundo o autor, na década de 1950, esse movimento intensificou-se e tornou-se mais politizado quando em 1955, no estado nordestino de Pernambuco, trabalhadores rurais do Engenho da Galileia, orientados pelo advogado Francisco Julião, mobilizaram-se em prol de melhores condições de trabalho no campo e empreenderam questionamentos a estrutura agrária vigente, logo o movimento se difundiu para outras regiões do país. PESSOA, Victor Gadelha. As ligas camponesas da Paraíba: história e memória. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. p. 40.

⁴⁹ O RURALISTA. [Natal], p. 1, jan. 1951.

cidade de Pau dos Ferros, no interior do estado, sacerdotes, “agricultores, professores rurais, senhoras e moças”⁵⁰.

Em Pernambuco, experiência semelhante ocorreu a partir da realização da Primeira Semana Ruralista de Surubim, realizada entre os dias 6 e 12 de setembro de 1952, a cargo da diocese de Nazaré da Mata. Sacerdotes da diocese “se fizeram acompanhar por delegações de fazendeiros e trabalhadores rurais de suas respectivas paróquias, além de professoras primárias”, durante o evento procuraram examinar os problemas de ordem técnica, social e espiritual que atingia o homem rural. Segundo as conclusões do evento em Surubim, foram realizadas 19 aulas e demonstrações que contaram com uma presença média de 400 pessoas, sendo distribuídas em 196 proprietários, 98 trabalhadores rurais, 188 professoras e 21 sacerdotes. Nas reuniões noturnas do evento compareceram cerca de 1.500 pessoas, e no dia do encerramento compareceram 3.000 semanistas⁵¹.

Embora Sonia Mendonça indique que na década de 1940 as semanas ruralistas já eram organizadas com o forte apoio da Igreja, não verificamos para esse período tal cooperação. Acreditamos que isso só pode ocorrer a partir dos anos 1950 quando foi fundada, em 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A frente desse órgão estava o bispo cearense Dom Hélder Câmara. Autores como Schallenmüller, Passos e Delgado sugerem que a CNBB representou a hierarquia católica dando-lhe maior coesão e unidade em seus objetivos e princípios políticos, com reflexos, por exemplo, na questão social, que passou do nível regional para uma dimensão mais ampla e com cunho institucional⁵². Assim, entendemos que foi nessa conjuntura, que a Igreja percebeu-se competente para assumir tamanha empreitada junto ao Ministério da Agricultura.

A CNBB foi instalada no Palácio São Joaquim, sede da Arquidiocese do Rio de Janeiro, que “em uma reunião que contou com a presença do Núncio Apostólico, Dom Carlo Chiarlo (1946-1954), de dois Cardeais (Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal arcebispo de São Paulo, e Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro) e demais dezoito arcebispos brasileiros”⁵³. A CNBB foi a primeira conferência episcopal da América Latina e a quinta conferência episcopal constituída no mundo⁵⁴. Sua criação foi fruto

⁵⁰ RELATÓRIO SEMANA RURALISTA DE SURUBIM. [Pernambuco], Arquivo Metropolitano de Natal, 1952. p. 4.

⁵¹ RELATÓRIO SEMANA RURALISTA DE SURUBIM. [Pernambuco], Arquivo Metropolitano de Natal, 1952. p. 5.

⁵² PASSOS, Mauro; NEVES, Lucília de Almeida. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 4. p. 93-131

⁵³ COSTA, Iraneidson Santos. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. *Interações*, v. 9, n. 15, p. 29, 2014.

⁵⁴ MAINWARING, op. cit., p. 67.

da mobilização do então padre, Hélder Câmara.

Quando a CNBB foi fundada o país estava sobre o comando de Vargas (1951-1954), Schamllenmüller afirma que à luz do que ocorreu no Governo Provisório e no Estado Novo, a CNBB desfrutou de crescimento das afinidades com o poder estatal⁵⁵. Segundo Iraneidson Santos Costa, do ano de sua fundação ao ano de 1964, quando ocorreu o golpe civil militar, a CNBB foi dirigida por uma Comissão Permanente⁵⁶.

A concentração episcopal entorno da CNBB tinha em sua maioria bispos progressistas, sensíveis a mudanças pastorais pelas quais passava o catolicismo internacional. Essas mudanças interagiam com as orientações de encíclicas papais que vinham chamando atenção da Igreja para questões da modernidade. Como, por exemplo, a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1878-1903), publicada em 1891, inaugurou o que a literatura denominou de “doutrina social da Igreja”⁵⁷. Antes de sua publicação, o envolvimento da Igreja Católica com o tema foi rarefeito⁵⁸.

A Igreja brasileira cada vez mais organizada, destacava-se com seu poder de mobilização. Um dos pontos altos da colaboração entre Igreja e Estado, destacado no século XX, ocorreu nos âmbitos da preparação para o 36º Congresso Internacional Eucarístico (CEI) realizado no Rio em 1955. Esse importante evento reuniu na, então, capital federal cerca de um 1,5 milhão de pessoas de vários países do mundo⁵⁹. Segundo Serbin, os subsídios públicos ajudaram a Igreja a expandir suas obras sociais e religiosas, mas também criaram dependência do Estado. Esse evento, de acordo com o autor, foi um indicativo de como, no Brasil, finanças e fé misturavam-se no complexo mosaico de religião, política e sociedade. O último decreto assinado por Vargas, antes de suicidar-se, em agosto de 1954, determinava a doação de 14 milhões de cruzeiros para a realização do evento⁶⁰. O autor ainda destacou o 36º CEI “in Rio was an immense display of piety but also of luxury, efficiency, and power”⁶¹.

Esse evento afetou o desenvolvimento físico do Rio, o turismo brasileiro e, em

⁵⁵ SCHAMLENMÜLLER, op. cit., p. 66.

⁵⁶ COSTA, op. cit., p. 110.

⁵⁷ AMARAL, op. cit., p. 49.

⁵⁸ SCHALLENMÜELLER, op. cit., p. 26.

⁵⁹ Cerca de 1,5 milhão de pessoas participaram da IEC, incluindo 300 bispos, 20 cardeais e milhares de sacerdotes e visitantes de todo o mundo. O atendimento foi impressionante, dada a população do Rio (segundo o censo de 1950) de 2,3 milhões. SERBIN, Kenneth P. *Church-State Reciprocity in Contemporary Brazil: The Convening of the International Eucharistic Congress of 1955 in Rio de Janeiro*. Durham: Duke University Press, 1996, p. 732.

⁶⁰ Os 14 milhões de cruzeiros concedidos pelo Congresso Nacional com a aprovação de Vargas equivalem a aproximadamente 165.000 dólares, uma quantia considerável na época. Outro subsídio de 10 milhões de cruzeiros, ou aproximadamente US \$ 110.000, veio do gabinete do prefeito. Esses fundos proporcionaram 29% do orçamento oficial da IEC da Igreja de mais de 74 milhões de cruzeiros, o que na verdade gerou um superávit de 10%. SERBIN, op. cit., p. 739.

⁶¹ Ibid., p. 731.

particular, a carreira de Dom Hélder Câmara, que foi seu secretário-geral e, possivelmente, o mais influente bispo latino-americano do século XX⁶². Visto na época como o cérebro por trás do evento, Dom Hélder se mostrava cada vez mais consciente da pobreza no Brasil. Nas ações que empreendeu, procurou incorporar e dar visibilidade as questões complexas da sociedade brasileira, tal como o crescimento das favelas e o êxodo rural.

Mas, outros acontecimentos também explicam a nova orientação da Igreja, são alguns exemplos a rápida transformação da sociedade após a Segunda Guerra Mundial, o início da Guerra Fria e o fortalecimento de uma perspectiva otimista que via potência nos novos aparatos tecnológicos do período como a solução possível para problemas como doenças endêmicas e a necessidade de incrementar a produção agrícola. Nesse mesmo contexto, havia ainda a percepção de que o comunismo e seu “ateísmo” se projetavam sobre algumas regiões, somando-se também ao crescimento do protestantismo e religiões de matriz africana, configurando um novo campo de disputa para os sacerdotes católicos brasileiros.

Foi nesse contexto de transformação que a CNBB procurou desenvolver vínculos com a sociedade e com a política brasileira. Essa instituição contribuiu para que a relação entre o poder espiritual e o Estado se tornasse mais proveitosa. Recorrentemente são citados pela literatura como exemplo do êxito dessa cooperação o já mencionado 36º Congresso Internacional Eucarístico e a Cruzada de São Sebastião – programa habitacional voltado aos moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, enfatizamos que esse processo foi mais robusto. Além dos mencionados eventos, e já contando com as experiências de eventos bem sucedidos como a semana realizada em Caxambu e as realizadas no Rio Grande do Norte e Pernambuco, com a anuência da CNBB foi assinado um convênio em 1955 para a cooperação com o Ministério da Agricultura para a realização das *Semanas Ruralistas*.

Aproveitando a forte presença de bispos na Capital federal, nos dias 14 e 15 de julho de 1955, por ocasião do 36º Congresso Eucarístico Internacional, representantes do Ministério da Agricultura reuniram alguns bispos brasileiros para o estabelecimento do acordo que teve as conclusões básicas aprovadas e assinadas apenas no dia 29 de julho⁶³. Dentre os signatários estavam Dom José de Medeiros Delgado, presidente do secretariado da Ação Social da CNBB, e Otávio Aguiar, delegado da Ação Católica Rural e José Vieira, então diretor do SIA.

O relatório de atividades do SIA, do ano de 1955 aponta que o entrosamento do Ministério com a Igreja Católica não significava “qualquer privilégio” e que, com essa

⁶² Ibid.

⁶³ A ESTRELA POLAR. [Diamantina], p. 2, 4 set. 1955.

cooperação, as semanas ruralistas estavam se “constituindo [como] promissoras sementeiras de ideias especialmente no que se refere a divulgação e extensão agrícolas”⁶⁴. Ao final do ano de assinatura do acordo, segundo o documento, o SIA distribuiu “350.000 exemplares de publicações, compreendendo livros, folhetos, jornais, revistas e outros, destinados aos mais variados interessados”⁶⁵.

O documento intitulado *Conclusões Básicas* declara que a vida rural do brasileiro estava na esfera de ação tanto do Estado quanto da Igreja, pois os problemas seriam “de ordem material, técnica, social, moral e religiosa”. Desse modo, o acordo interessaria a Igreja pelo lado moral e espiritual, embora ela também se preocupasse com o lado temporal da questão, pois reconhecia a necessidade de “um mínimo de condições materiais”. Portanto, o terreno material foi percebido como a esfera comum de colaboração entre os poderes temporal e espiritual. As conclusões básicas do acordo apontavam, ainda, que o vasto território brasileiro não poderia e nem deveria ser “inteiramente coberto pelos diversos órgãos do ministério da agricultura” [...]. Assim, visando fazer frente a essa dificuldade, declarava o documento que o clero católico, “fundamentalmente originário do meio rural”, percebeu a necessidade de uma articulação mais “afetiva, orgânica e planejada” junto com as autoridades políticas⁶⁶.

A repercussão do acordo entre Estado e Igreja foi bem recebida nos jornais da época. Amplamente elogiada, destacamos um dos artigos publicados no *Jornal do Dia*:

Bem haja, pois, esta cooperação entre a Igreja e o Estado, decorrente principalmente das conclusões básicas – de 14 de julho de 1955, entre o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura e o secretariado da Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [...] Cooperação que a tendente a levar maior assistência ao homem do campo, cooperação esta feita em função do HOMEM, e não apenas da produção, porque nunca devemos aumentar e melhorar a produção, com abstração e, muito menos, a custa do homem como infelizmente tem praticado o desumano liberalismo econômico que subordina a pessoa humano a meros interesses de economia⁶⁷.

O então bispo de Aracajú, Dom José Távora (1910-1970), também celebrou o acordo destacando que:

O Estado de Sergipe ainda é de economia agrícola, em grande parte. Daí o meu interesse em voltar as melhores preocupações para esse setor de atividade dos meus diocesanos. Nesse sentido cabe-me, desde logo, prestigiar e apoiar o convênio firmado em 1953, entre o Episcopado Nacional e o Ministério da Agricultura, por iniciativa do Serviço de Informação Agrícola⁶⁸.

⁶⁴ Os signatários foram Dom José de Medeiros Delgado, presidente do secretariado da Ação Social da CNBB; Otávio Aguiar, delegado da Ação Católica Rural e José Vieira, então diretor do SIA.

⁶⁵ RELATÓRIO DE ATIVIDADES SIA. [Rio de Janeiro], Arquivo Arquidiocese de Diamantina, 1955. p. 5.

⁶⁶ A ESTRELA POLAR. [Diamantina], p. 2, 4 set. 1956.

⁶⁷ JORNAL DO DIA. [Rio de Janeiro], p. 5, 4 mar. 1956.

⁶⁸ Ibid., p. 4.

Além da repercussão, em pouco tempo, os frutos do acordo também se tornaram visíveis. Segundo relatório de atividades do SIA, entre 1946 e 1955, centenas de semanas ruralistas foram promovidas. E, só entre os anos de 1954 e 1955, já considerando o apoio da Igreja, foram produzidas um total de 32 semanas. O documento indica que apenas no ano de 1955, após o acordo estabelecido entre o clero e o governo em junho daquele ano, 20 encontros foram realizados. Ainda no primeiro ano do acordo, arcebispos, bispos e párocos trabalharam em articulação com autoridades e técnicos do Ministério da Agricultura nos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e do Norte, Amazonas, Alagoas, Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Pará e Maranhão⁶⁹.

Durante os eventos, as autoridades eclesiais reforçavam a importância da cooperação entre os poderes temporal e espiritual, como podemos observar na declaração do arcebispo de São Luís Dom José Delgado, por ocasião do encerramento de sua semana ruralista do Maranhão: “A missão do padre não está confinada apenas a sacristia, rezar é, também, desembainhar um facão e abrir caminhos no meio do matagal social comum, do social comunista”⁷⁰. O Rio Grande do Sul também nos apresenta um exemplo, o monsenhor Frederico Didonet que, ao tratar sobre o encerramento da Primeira Semana Ruralista de Três Passos, promovida pela diocese de Santa Maria, lembrou as palavras de Pio XII que, ao se dirigir aos agricultores italianos, afirmou que a restauração moral de um povo dependeria de uma “classe de agricultores socialmente íntegra e religiosamente firme.” O monsenhor enfatizou ainda que “o primeiro técnico da civilização europeia no Brasil foi o missionário”, portanto, a cooperação entre Igreja e Estado seria uma tradição no país, e a Igreja desejava a “continuidade daquele trabalho patriótico, em bem da classe rural que é, em última análise a grande pátria”⁷¹.

No ano de 1956, José Vieira, diretor do SIA, declarou à imprensa paraibana que o então ministro da agricultura, Ernesto Dornelles, havia aprovado o plano de realização de quinze semanas ruralistas no Nordeste. Na ocasião, José Vieira destacou ainda que as semanas vinham alcançando resultados plenamente satisfatórios no campo da divulgação agropecuária, de interesse das populações rurais, constituindo-se como um “trabalho pioneiro de articulação e conjugação de esforços de serviços atuantes no interior do país”. Portanto, a articulação com o clero, tendo por base ao convênio assinado em 1955, vinha “se desdobrando

⁶⁹ RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA [Rio de Janeiro], Arquivo Histórico Arquidiocese de Diamantina, 1955. p. 6-7.

⁷⁰ O DIA. [Curitiba], p. 11, 20 fev. 1958.

⁷¹ JORNAL DO DIA. [Rio de Janeiro], p. 15, 4 mar. 1956.

de maneira auspiciosa, como demonstra, agora, a reunião de Campina Grande”. O diretor referia-se ao I Encontro dos Bispos do Nordeste realizados em 1956, na Paraíba⁷².

No mesmo ano, autoridades eclesiásticas do Norte de Minas preparavam a Segunda Semana Ruralista de Diamantina sob a coordenação de Dom José Newton Batista de Almeida, arcebispo de Diamantina. O Serviço Nacional de Educação Sanitária, cooperando com o Serviço de Informação Agrícola, enviou para distribuição aos participantes do certame “diversos cartazes alusivos a defesa sanitária, e cerca de quatro mil folhetos educativos.” De acordo com a edição de 15 de julho de 1956 do *Correio da Manhã*, as publicações que foram “redigidas em linguagem simples, tem por finalidade instruir as populações do interior e proporcionar-lhes meios preventivos e elucidativos, com que se defender e combater diversas enfermidades.” No jornal, foi destacado ainda que a quantidade de referências fornecidas acerca de doenças totalizou 2.500 exemplares. Houve também a distribuição de folhetos contendo “preceitos, regras e conselhos sob alimentação e digestão”⁷³.

Além do Estado brasileiro, por meio de agências como o SIA, existia a articulação com o Consulado Norte Americano para a promoção dos eventos dirigidos pela Igreja. No âmbito da realização da Semana Ruralista de Ijuí, no Rio Grande do Sul, foi apresentado na edição de 16 de fevereiro de 1957 do *Jornal do Dia* a programação daquele certame. Nela, foi destacada a colaboração do referido órgão “que há vários dias se encontra[va] no interior do município fazendo propaganda da Semana Ruralista pela distribuição de programas, cartazes, folhetos e projeções”.⁷⁴ Muitos interesses estavam postos, dentre eles a incorporação de novos espaços a dinâmica capitalista e a busca por novos mercados consumidores, seja das sementes ou mesmo maquinário para o incremento da produção agrícola.

Muitos são os exemplos do engajamento e da ação da Igreja. A transcrição da entrevista do Cardeal Jaime de Barros Câmara para rádio “Vera Cruz”, publicada na edição de 5 de agosto de 1956 do *A Cruz* é elucidativa dos modos como a Igreja Católica pôde atuar em questões relativas ao bem estar das populações rurais. O Cardeal teceu comentários enaltecendo a ação do episcopado brasileiro na aplicação de medidas voltadas aos habitantes da *hinterland* do país. Segundo o prelado, a população, via de regra, aceitava com mais facilidade as recomendações de um sacerdote, que as de outro indivíduo. A confirmação dessa afirmação foi apresentada a partir de um relato do Cardeal sobre os modos de atuação da Igreja Católica, no Norte do Brasil, diante do combate à malária das populações ribeirinhas do

⁷² CORREIO DA MANHÃ. [Rio de Janeiro], 23 maio 1956.

⁷³ CORREIO DA MANHÃ. [Rio de Janeiro], p. 2, 15 jul. 1956.

⁷⁴ JORNAL DO DIA. [Rio de Janeiro], p. 5, 6 fev. 1957.

interior paraense. Nas palavras do Cardeal, “em muitos lugares a simples chegada dos médicos na comitiva do padre desfazia a reserva com que olhavam os comprimidos de atebrina” para o tratamento de malária. Os medicamentos eram gratuitamente distribuídos. No entanto, continua o Cardeal, em outros povoados “já não se dava o mesmo, tornando-se necessária ação mais direta do sacerdote. Segue a transcrição de sua fala:

Eis o que se passou na região de Bacarena. Já para aceitarem os comprimidos, teve o missionário que mostrar aos fiéis que também ele aceitara dos doutores aqueles comprimidos amarelos. Então é que se decidiram recebê-lo. Chega, porém o fim do dia, e ninguém tinha tomado o remédio. Queixaram-se disso os médicos. O padre reúne o povo na prática da tarde e lhe faz sentir de que nada servia receber o medicamento sem o engolir, como ele, padre, havia feito naquele mesmo dia.
 - Mas isso, decretou um caboclo a meia voz, - é porque o Vigário primeiro benzeu o remédio que ele tomou.
 - Pois eu vou benzer o de vocês. Falou o Pe. Carlos. E só então é que se resolveram a ingerir os comprimidos de atebrina.⁷⁵

Para o Cardeal Câmara a Igreja investia seu prestígio e, não raro, as autoridades apelavam “para sua mediação a fim de solucionar certos problemas de ordem popular”. Outro exemplo pode ser observado na fala do Padre Godofredo Schamieder, no âmbito do encerramento da Segunda Semana Ruralista de Ijuí, organizada pela diocese de Santa Maria em fevereiro de 1957, na qual enfatizou que a colaboração do episcopado e do clero era indispensável, uma vez que gozaria a “plena confiança do povo e sabe convencê-lo da necessidade de ir as conferências dos funcionários, aprendendo os modernos métodos compensadores da ciência da agricultura contemporânea”⁷⁶.

A partir de 1955 foi estreita a colaboração entre o Estado e o episcopado nacional na promoção de melhorias e na condição de vida do homem rural. Entretanto, é importante enfatizar que os anos 1950 não inauguraram a relação *Igreja e Estado*. Desde a separação oficial com o Estado, no contexto de fundação da República brasileira, a Igreja procurou alternativas para revalidar seu papel na cena política. Nesse sentido, a luta por justiça social foi uma das alternativas que lhe abriu horizontes. Como já dito, o engajamento nas questões sociais ocorreu não apenas na Igreja brasileira, mas também, no cenário internacional essa instituição se transformava, sobretudo, a partir de encíclicas e discursos dos pontífices Leão XIII, Pio XI e Pio XII que deram forma à doutrina social do Vaticano.

Um outro elo importante dessa união foi o anticomunismo que permeou muitos discursos da Igreja, embora a instituição religiosa também tecesse críticas ao liberalismo econômico. A exemplo desse contexto, podemos observar a edição de 28 de setembro de 1958

⁷⁵ A CRUZ. [Rio de Janeiro], p. 2, 5 ago. 1956.

⁷⁶ JORNAL DO DIA. [Rio de Janeiro], p. 6, 4 mar. 1957.

do *Jornal do Maranhão*, semanário de orientação católica, que ao tratar sobre o tema Terra e Política, afirmou que a Igreja Católica naquele estado, liderada por Dom José Delgado, naquele momento arcebispo de São Luís, antes mesmo da “intromissão dos emissários de Moscou”, isto é, dos comunistas, procurava “promover os habitantes do campo e salvar o Estado da anarquia, a que o comunismo quer arrastar.” A exemplo disso citou a VIII Semana Ruralista do estado que elaborou e apresentou um projeto de lei ao legislativo estadual. A proposta tratava acerca da democratização da terra, em perspectiva semelhante a Pastoral “Conosco, sem nós, ou contra nós”, documento que citamos anteriormente, no qual a Igreja convocava a antecipação na legislação social agrária.

A postura de aproximação assumida pela Igreja Católica foi marcada por sua inserção na realidade que a mesma pretendia mudar. Ofícios e notas de recebidos trocados entre Dom Eugênio Sales, nomeado bispo auxiliar de Natal em 1954, e o Serviço de Informação Agrícola registram auxílios recorrentes no valor de Cr\$ 65 mil cruzeiros para a realização de semanas ruralistas no estado potiguar; ainda precisamos apurar os termos mais gerais e financeiros do entrosamento entre Igreja e o SIA, por exemplo⁷⁷. Em diversas regiões do país, observamos também, além do recebimento de auxílios públicos, freiras e sacerdotes passaram não só a defender melhorias na vida rural, mas também a comprometerem-se, ingressando em cursos (higiene, saúde, agricultura) ou ministrando-os. E, ainda, destacaram-se como mediadores de visitas de órgãos técnicos de secretarias ou ministérios públicos.

Considerações Finais

As semanas ruralistas tornaram-se espaços privilegiados para a exibição de imagens que representavam como o Brasil rural deveria ser. Contudo, reconhecia-se que esses eventos não possuíam resultados rápidos, mas a longo prazo. Os eventos realizados nos anos 1950 não eram novidade do período, pois, como vimos, já ocorriam desde os anos 1930. A novidade estava na colaboração da Igreja Católica e no contexto marcado pelas tensões da Guerra Fria. A perspectiva era de uma zona rural higienizada, com população sadia e servida por escolas técnicas com fim instrumental para a necessidade local. Essa é uma imagem pautada na percepção de bem-estar rural do período. A preocupação com as populações rurais dava-se, nem tanto, pelas precárias condições em que as mesmas se encontravam, mas sim visando o incremento e qualidade da produção, e também com a forte intenção de se evitar,

⁷⁷ Localizamos, ainda, recibos referentes a auxílios no mesmo valor (Cr\$ 65 mil cruzeiros) para pelo menos 4 edições de semanas ruralistas realizados no Rio Grande do Norte. Ofício recebimento de auxílio para a realização da VIII Semana Rural do RN. Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal, 1956.

em contexto de Guerra Fria, possíveis “agitações sociais.”

As semanas ruralistas contribuíram ainda com a produção de conhecimento sistemático sobre as áreas rurais brasileiras ao produzir diagnósticos e registros que, posteriormente, sustentaram denúncias mais incisivas acerca dos entraves para o desenvolvimento do país. Tendo como referências os debates realizados nesses eventos, setores mais progressistas da Igreja Católica, assumindo a busca pelo bem-estar rural como parte de seu dever pastoral, conceberam e sustentaram o I e II Encontro dos Bispos do Nordeste, realizados, respectivamente, no estado da Paraíba em 1956 e no Rio Grande do Norte no ano de 1959, eventos que incitaram o Estado a promover iniciativas públicas para alcançar seu respectivo desenvolvimento. As semanas representaram, portanto, uma alternativa para que a Igreja brasileira pudesse moldar sua atuação e ingerência junto ao Estado brasileiro. Compreendê-las enriquece o entendimento sobre os rumos que tomou a agenda de desenvolvimento do país.